



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2012-----

-----**Ata NÚMERO DEZASSETE**-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e doze reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas, convocada nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Primeiro Secretário, senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e pelo Segundo Secretário senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período da Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham ficado esclarecidas;-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão anterior;

----- Ponto dois, três: Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos pela Mesa;-----

----- Ponto dois, quatro: Outras intervenções dos Senhores Deputados.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do Dia:**-----

-----Ponto três, um – Proposta da Câmara Municipal sobre a não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para 2013, solicitada pela Optimus – Comunicações, SA.-----

-----Ponto três, dois – Proposta da Câmara Municipal para atribuição de despesas de representação, a ser aprovada pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 24º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto.-----

----- Ponto três, três – Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2013.-----

-----Ponto três, três um - Conhecimento dos compromissos plurianuais relativos a despesas de carácter corrente e contínuo, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida a que se refere a al. c), do nº 1 do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

----- Ponto três quatro – Apreciação, discussão e votação da proposta, que ao abrigo do nº3 do artigo 15º do Regimento da Assembleia Municipal, foi indicada pelo Senhor Deputado Nuno Soares e que ao abrigo da alínea r) do nº2, do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de janeiro, propõe que o feriado municipal passe a ser a segunda-feira de Páscoa.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, 1º Secretário e o 2º Secretário, os Senhores Deputados Municipais: Fernan-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Isento Pereira, Luis Miguel Direito da Graça, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo, José Manuel Novo de Matos, João Matos Leitão, Renato Carvalho Barbosa e também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Luís Pedro Matos Soares, Paulo Manuel Santos Costa, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

----- Não se encontravam presentes os Senhores Deputados, João Adelino Paixão Salvado e Manuel José Correia da Silva Carvalhinho que justificaram a ausência por motivos pessoais e pediram as suas substituições, tendo por isso sido convocados os Senhores Abel Biscaia Fernandes e Carlos Manuel Abrantes Ferrão que compareceram. Apresentaram justificação de falta os Senhores Deputados António Júlio Leitão Garcia e Maria João Esteves Negrão Ramos.-----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e os Senhores Vereadores, José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga. ----

----- Às **vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. Verificando que nenhum Município pretendia usar da palavra entrou-se no ponto dois da ordem de trabalhos.-----

----- PUNTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que não recebeu qualquer proposta de alteração para a ata pelo que perguntou se alguém pretendia fazer algum comentário. ----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos solicitou que fosse alterada apenas na sua intervenção na página 351, a frase “agentes a nível autarca” para “agentes a nível de autarquias” ficando assim melhor escrito a nível de português.-----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à votação a ata, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.-----

----- PUNTO DOIS, TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS PELA

MESA;

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu conta à Assembleia do expediente existente, nomeadamente da carta apresentada pelo Senhor Deputado António Júlio Leitão Garcia pedindo a justificação da falta, bem como deu nota do telefonema da Senhora Deputada Maria João Esteves que informou que se encontrava doente não podendo comparecer à sessão. Entregou ao Senhor Deputado Nuno Soares as respostas solicitadas relativamente a alguns processos. Deu também conhecimento da moção remetida pela Junta de Freguesia de Sameiro, relativamente à Lei da Reforma Administrativa, que foi aprovada pela Assembleia de Freguesia de Sameiro.

Ainda sobre esta matéria da reorganização administrativa territorial deu conhecimento do voto de protesto aprovado pela Assembleia da COMURBEIRAS CIM na reunião ordinária do passado dia 20 de novembro do Conselho Executivo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO DOIS QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

OUTRAS INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS.

----- A Senhora Deputada Fernanda Isento usando da palavra deu nota, como representante na CPCJ da Assembleia Municipal, da reunião havida em outubro onde foi apresentada a nova comissão restrita da CPCJ. Também foi comemorado o dia dos Direitos das Crianças e Jovens com a passagem de um filme e a distribuição de um bolo de aniversário. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que as respostas aos requerimentos que lhe foram entregues, segundo o CPA, já ultrapassaram o tempo, pois os requerimentos devem ser respondidos em trinta dias, como é do conhecimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e já lá vão setenta dias. Não compreende como é que se demora tanto tempo. Algumas informações podem ser respondidas em alguns minutos, mas acha que continua a haver uma persistência em fazer chegar tarde e às más horas essas informações. Propôs que na próxima Assembleia Municipal em fevereiro, todos os elementos que foram designados para representar a Assembleia Municipal nos diversos órgãos apresentem um relatório das atividades que foram desenvolvidas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usando da palavra referiu que registava a agressividade das palavras do Senhor Deputado Nuno Soares que lhe foram dirigidas em relação aos documentos que lhe entregou, não sendo um tom que normalmente usa ao dirigir-se à sua pessoa. Alertou o Senhor Deputado para que em futuros requerimentos invoque o artigo do CPA que menciona o prazo de trinta dias para ver se o mesmo se adequa ou não aos requerimentos dos membros das Assembleias Municipais. -----

Deu nota da sua atividade enquanto representante da Assembleia Municipal na COMURBEIRAS, referindo que na última Assembleia geral foi debatido a reorganização administrativa do território e também a criação das chamadas unidades urbanas que vão agora ser criadas. Relativamente à região o que se deverá passar é que poderá ser integrada a comunidade Serra da Estrela, bem como a integração de Castelo Branco e Penamacor. Foi mandatada a comissão executiva para apreciar devidamente este assunto e para se voltar a debater numa próxima assembleia geral. ----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondendo ao Senhor Presidente da Assembleia referiu que tinha o direito de ficar zangado com ele, como ele teria o direito de se zangar, pois desde o princípio da primeira sessão da Assembleia Municipal que nunca lhe foram respondidos os requerimentos no prazo que a Lei confere. -----

ORDEM DO DIA

----- PONTO TRÊS, UM DA ORDEM DE TRABALHOS -----

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A NÃO APLICAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2013, SOLICITADA PELA OPTIMUS – COMUNICAÇÕES, SA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usando da palavra e em relação a esta matéria informou que todas as operadoras estão isentas desta taxa no Concelho.-----

-----O Senhor Deputado Novo de Matos referiu que ainda bem que as empresas que operam no Concelho estão isentas, pois assim se pode comunicar mais rapidamente e para quem visita o concelho tem melhor acessibilidade via telemóvel, é algo positivo.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se aplicasse a taxa a qualquer operadora esta iria fazê-la recair nos utilizadores do Concelho, porque o cliente final é que pagava esta taxa.

-----Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi colocada a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- PONTO TRÊS, DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO, A SER APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 24º DA LEI Nº 49/2012 DE 29 DE AGOSTO.

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este ponto informou que de acordo com a informação que se encontra junto à proposta, passou a ser competência da Assembleia Municipal a aprovação das despesas de representação aos dirigentes com retroatividade à data da vigência da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra disse que começando pelo fim que iria votar contra a proposta, porque além de representar um aumento injustificável de encargos para a Câmara Municipal, era por todos sabido que não havia tradição dos dirigentes da Câmara representarem o Município. A representação é feita pelo Senhor Presidente ou pelos Vereadores, pelo que esta questão está fora do contexto. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos concordou com a proposta apresentada, mas questionou porquê é que só alguns dirigentes é que têm direito a despesas de representação? Pois foi o que deduziu da informação que lhe foi distribuída.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara em relação a este assunto e no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares referiu que estava a usar verdades sofismadas, ao querer dizer que a Câmara nunca se faz representar pelos dirigentes pelo que nunca foram abonadas despesas de representação, o que não corresponde à verdade. Primeiro a Câmara sempre abonou as despesas de representação aos Chefes de Divisão por despacho desde que a Lei saiu e como prova são os recibos dos últimos anos dos dois chefes de divisão desta Câmara Municipal. Agora a Lei remete essa competência para a Assembleia Municipal pelo que a proposta veio para ser sancionada. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia verificando que sobre este ponto estava tudo esclarecido, colocou à votação a proposta tendo sido aprovada por maioria, com três votos contra. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO TRÊS, TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2013.

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou quem é que queria usar da palavra sobre este ponto.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos usando da palavra disse que iria fazer uma análise global do plano e orçamento, pois não tendo formação em economia nem em finanças é difícil avaliar, mas em termos gerais e vendo as intenções descritas de uma maneira geral concorda com o documento. No entanto, reserva-se o direito de questionar se tudo que está descrito é exequível, porque a situação económica das autarquias, nomeadamente esta tem tido um corte sucessivo por parte do Governo. Mas achou que o documento em termos estruturais está muito bem explicado.-----

Aparecem ações que são uma continuação do trabalho já elaborado e portanto achou ótimo. Como exemplo uma ação que achou muitíssimo bem foi no cartão júnior municipal a alteração do regulamento, no sentido de contemplar de um modo temporário os jovens não residentes mas que regularmente passam férias no Concelho, achando que é uma coisa positiva. Outra ação também interessante é o trabalho que tem vindo a ser feito a nível da terceira idade e dos jovens para que as pessoas se possam fixar no concelho. Depois uma análise mais pormenorizada, perguntou onde irá ser instalado o plano de emergência e proteção civil. Outra questão que colocou foi sobre previsão da conclusão do PDM, pois já se passaram cerca de vinte anos e até à data nunca mais houve planos nem alterações aos mesmos. Em termos ambientais e em termos ecológicos acha também que a Câmara tem estado a fazer um bom trabalho dentro das suas limitadas possibilidades pois também ele tem andado a lutar há trinta anos para que no concelho se crie um centro de montanha. Em relação ao plano de Pormenor das Penhas Douradas também já há uma data para a sua finalização, perguntou? Outra coisa que achou interessante também é a intenção de se criar um posto de ancoragem de auto caravanas, porque também no litoral alentejano já há uma serie de zonas onde são permitidas o estacionamento. Os estrangeiros deslocam-se muito em auto caravanas e o facto de não estarem localizadas em sítios próprios implica multa pela GNR o que não é muito bonito um turista que vem visitar Portugal, ser multado. Deixou o registo que concorda com o Plano em termos genéricos, em termos filosóficos, em termos conceptuais e de certeza que o Plano e Orçamento é o arrasto para 2013.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usando da palavra em relação ao Plano disse que numa primeira abordagem este Plano e Orçamento para 2013 é praticamente consensual, e embora não tenha merecido consenso na Câmara Municipal deve merecer o consenso da Assembleia Municipal, já que ele incide praticamente sobre a conclusão de projetos que mereceram aprovação generalizada das bancadas. Está-se perante um orçamento, que designou de "light", fruto da restrição por parte do Estado das transferências de capital que limitam as despesas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

de capital. É meritória a intenção de reduzir ainda mais as despesas correntes libertando algumas dessas verbas para despesas de capital. -----

As obras que estão previstas concluir em 2013 e que algumas vêm do anterior mandato praticamente absorvem as despesas de capital. Lembrou que os valores mais significativos estão no Centro Ambiental de Energias Renováveis, no Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere que julga também ser uma obra consensual e também na Rua de Santa Maria. O arranjo da ETAR e todo aquele espaço tem também de ter um tratamento. Haverá mais uma pequena reparação no Ribeiro da Vila e as despesas de capital serão assim absorvidas. Procurando tranquilizar o Senhor deputado Novo de Matos disse que é perfeitamente possível concretizar o Plano durante o ano 2013 e isso é que é positivo num orçamento. No orçamento apenas deve constar aquilo que de facto o executivo se propõem realizar e não iniciativas sem projeto ou de meras situações de pouco mais que desejos ou intenções. Estão assim criadas condições para no final do ano se constatar efetivamente aquilo que foi feito. Este orçamento tem o valor de oito milhões de euros e corresponde a uma redução de 26% em relação ao orçamentado no ano anterior que apontava para qualquer coisa como dez milhões e portanto é com esta redução de 26% no total que as obras que lá estão têm de ser concretizadas. Julga que é importante referir, que a Câmara foi obrigada a fazer uma redução de 16,6% sendo uma redução brutal em despesas correntes pois é com elas que tem de ser pagos os vencimentos. As transferências correntes (que se destinam a pagar salários e custos de funcionamento) diminuíram em relação a 2009, 15,19%, logo as despesas correntes tiveram que ser por isso também reduzidas. Ou seja aquilo que vem do Estado, do Fundo de Equilíbrio Financeiro e de outros fundos, para fazer face às despesas correntes, será reduzido cerca de 15% em relação ao último ano do anterior mandato. Em relação às transferências de capital as mesmas serão reduzidas de 57% em relação a 2009 logo as transferências do Estado que são na prática os meios financeiros que a autarquia dispõem, são reduzidas em relação a 2009 de 36%. Por isso não é possível ir além daquilo que está neste orçamento e ele poderá ter a virtude de, por ser consensual, merecer aprovação unânime desta Assembleia Municipal, mas naturalmente cada um vota como entender. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em relação às questões levantadas por parte do Senhor Deputado Novo de Matos e já depois da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que não precisava de dizer mais coisas, pois que o documento que foi distribuído na sua apresentação contém a justificação da redução orçamental. O que diz o ditado popular “sem sangue não se podem fazer morcelas”, também se aplica a este Plano de Atividades e Orçamento. Não havendo financiamento é inevitável não se poderem concretizar projetos. Não será só a Câmara Municipal de Manteigas, mas todos os municípios deverão ter neste momento dificulda-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

des deste tipo. Todas as perspetivas de evolução territorial em todos os concelhos através dos programas que as próprias candidaturas ganhadoras apresentaram e que naturalmente tiveram que ser redefinidos. Alguns projetos tiveram que ser postos de parte, porque esta redução significativa por parte do Estado obriga os municípios, naturalmente aqueles que não tem receitas próprias, a reduzir. A maioria dos projetos já foram lançados e a comparticipação financeira já foi realizada, alguma em 2010, outra em 2011 e muito em 2012. Como se sabe o financiamento do QREN teve uma paragem quase de meio ano no início de 2012 e avançou novamente neste último semestre, de uma forma inusitada até pela imposição de novas regras e pela necessidade de também se perceber se as Câmaras tinham ou não capacidade de levar à prática os seus projetos, pois se assim não fosse muitos desses teriam cortes significativos nas suas candidaturas. Lembrou que na reprogramação que foi feita pela CCDRC e depois pelo Governo Português atualmente confirmada na reprogramação do QREN houve municípios que ficaram sem dois milhões e trezentos mil euros, outros ficaram sem três milhões de euros de projetos que já tinham sido aprovados mas que perceberam que não conseguiriam levar à prática. Em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado Novo de Matos, sobre a localização do gabinete de “Emergência da Proteção Civil”, chama-se assim porque foi este o nome dado pela Associação de Municípios da Cova da Beira aquando da elaboração da candidatura, para este Concelho e para todos os Concelhos associados, está a ser instalado no Quartel dos Bombeiros estando já a ser requalificada a sala de transmissões para que se coloque a sala operacional. Quanto à conclusão do PDM para quando referiu que a Câmara Municipal já deveria ter o PDM pronto e se calhar o antigo executivo também o queria ter aprontado, mas neste momento pode-se dizer que está numa fase adiantada. Está-se na última fase da proposta e vai haver brevemente uma reunião da Comissão de Acompanhamento, talvez em janeiro ou no início de fevereiro para de uma vez por todas se começar a ultimar todo o processo para vir a discussão pública e vir depois à Assembleia Municipal para discussão. Há mais um atraso porque quando se chegou à fase de finalização da cartografia da Câmara Municipal, se constatou que a cartografia não esta homologada. Em 2004 e 2005 a Câmara pagou cento e cinquenta mil euros pela cartografia com documentos que fazem parte do processo onde a Câmara diz que libertará as cauções quando a cartografia estiver reconhecida e homologada pelo Instituto Geográfico Português. O que aconteceu foi que as garantias foram libertadas e foi tudo pago à empresa, mas não existe a homologação. Perante o acontecido a Câmara teve que adjudicar o trabalho à firma Município, pelo que foi deitado fora o valor de cento e cinquenta mil euros. Há duas semanas atrás veio um avião fazer um voo exatamente para ultimar o processo para ser enviado para homologação. Perante este sobrecusto e todo o processo, o Presidente da Câmara viu-se obrigado e já despachou a abertura de um inquérito administrativo ao processo para se perceber como é que as coisas aconteceram. Também perguntou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado em que fase é que estava o Plano de Pormenor das Penhas Douradas. Este Plano está muito bem encaminhado e numa fase bem mais adiantada do que o PDM, pois já estão definidas e caracterizadas as tipologias das habitações, o tipo de materiais, inclusivamente já há algumas infraestruturas em termos de volume. Também o parque de autocaravanas é importante para o Concelho e terá ser feito para este tipo de praticantes de turismo. O potencial paisagístico do Concelho é inegável e todos sabem que durante o ano 2010 e 2011 houve eventos de promoção territorial e valorização territorial espetaculares para o Concelho de Manteigas, através das televisões, das revistas, dos jornais nacionais, de atividades da Câmara que se realizaram e que vão continuar a realizar-se exatamente nas modalidades do BTT, do Parapente e nos Percursos Pedestres. Cresceu o turismo no Concelho e há os registos no Posto de Turismo, no Parque Natural da Serra da Estrela e até na Câmara que confirmam esta realidade. Também em relação à antiga fábrica da SOTAVE já está à vista a apetência para a instalação de unidades fabris. Já há uma empresa a quem foram cedidos 2000 m² para uma queijaria. Foi também cedido um espaço com cerca de 1500 m² onde estão a ser instalados teares, para revitalizar aquilo que já fazia que é começar a fazer a mistura das lãs, fazer fio, fazer tecelagem, para depois confeccionar o burel. Entretanto houve um outro empresário que adquiriu a Império. Para além disso há mais um espaço de 400 m² onde vai ser instalada também uma pequena empresa de duas jovens desta terra também com alguns teares e máquinas de confeção cuja candidatura foi ao PRODER e à ADRUSE. Sobre o Ninho de Empresas a primeira fase esta praticamente concluída vai entrar agora na segunda fase. Depois pode aglutinar todas as pequenas empresas que já se estão ali a desenvolver e outros serviços. Em relação ao Centro Interpretativo do Vale Glaciar tudo se fará para que seja aberto o mais rápido possível. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra disse que queria fazer dois reparos, um ao Senhor Presidente da Assembleia e outro ao Senhor Deputado Novo de Matos, pois não concorda com a unanimidade pedida pelo Senhor Presidente da Assembleia em relação ao Plano e ao Orçamento, porque ao longo da história a unanimidade não é uma coisa boa. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Novo de Matos, não concorda com a sua intervenção pois este documento tem omissões graves. Não estão espelhados os compromissos que existem para pagamento em anos futuros. Há mais de um milhão de euros que estavam em planos de pagamento futuros e dos quais no orçamento apresentado aparece zero.-----

Passando a uma análise sucinta do orçamento há uma clara diminuição de dois milhões e oitocentos mil euros em relação ao orçamento do ano passado. Começa-se por se dizer na apresentação que há uma enorme crise, no entanto depois de se analisar com mais cuidado percebe-se que o que está orçamentado para 2013 em termos de receita corrente supera em 20% a execução que foi feita na última conta que foi aprovada. Portanto se há intenção de arrecadar mais 20% de receitas do que aquilo que aconteceu no último exercício que está encerrado não parece que a crise seja assim tão premente, assim como na parte das receitas de capital aí então o exagero ainda é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

maior, porque se passa de um valor de 110% superior à execução do ultimo ano fechado. A ideia que se quer fazer passar que há efetivo da conta corrente não parece ser verdade porque a despesa corrente e orçamentada é 13% superior a execução de 2011, portanto prevê-se um aumento da despesa em 13%, assim como a despesa de capital também aparece com um acréscimo de 106%, portanto tudo o que seja receita e despesa está com valores bem acima daquilo que foi o fecho do ultimo orçamento. Não se consegue perceber muito bem onde é que está a crise nestes números e irá demonstrar-se mais à frente que esta interpretação é perfeitamente falaciosa. Aquilo que desaparece em relação ao orçamento do ano passado que são à volta de 2,8 milhões de euros faz parte daqueles quatro milhões e seiscentos mil euros fantasma que andavam por ali que foram questionados quando o ano passado se discutiu o orçamento. Um dos indicadores que normalmente é utilizado por os economistas para se entender o ponto de mercado e a situação de mercado pode-se perceber que os loteamentos e obras nas taxas tem um aumento de 26% em relação ao ano passado; portanto se vai haver um aumento de taxas irá haver um aumento de construção seguramente em Manteigas. Não me parece de maneira nenhuma que haja indicação de crise, ou pelo menos com a profundidade que o executivo tenta fazer passar. Também não é verdade que haja uma diminuição clara das receitas que vêm do Orçamento de Estado que são a grande fonte de financiamento do Município, porque se se atender ao FEF que é uma das componentes do financiamento orçamental, ele apenas baixa em relação ao que está no orçamento de 2012, apenas baixa mil e sessenta e oito euros. O Fundo Social Municipal, que é outra das componentes, sobe oito euros em relação ao orçamentado para 2012 portanto isto contraria claramente a ideia que é apresentada e que está escrita na introdução. -----

Em relação às tarifas da água, a receita que está prevista em orçamento é de três vezes e meia maior que a do ano passado, portanto há aqui qualquer coisa que não se consegue perceber já que sem aumento de tarifa ou está previsto um grande aumento de consumo ou não parece minimamente razoável. Assim como desaparecem também duzentos e setenta mil euros para receita de vendas de habitações a famílias, este valor já estava no orçamento do ano passado, mais duzentos e setenta mil em 2013 dá quinhentos e quarenta mil euros, meio milhão de euros acima, em dois anos. Se a Câmara vende isto tudo não se sabe que habitação social estará depois da venda. Fica-se também a perceber pela análise do documento que um terço da despesa corrente efetiva é para custo de pessoal. Mas depois percebe-se que os seiscentos e oitenta mil euros que pretendem cobrar da receita também trezentos mil irão para as Águas do Zêzere e Côa. Se a Câmara pagasse aquilo que deve às Águas do Zêzere e Côa e lhe entregasse as receitas daquilo que vai cobrar a seguir, o que não tem acontecido até agora, porque a 29 de maio de 2012 tem um valor de novecentos e setenta e três mil setecentos e noventa euros e cinco cêntimos de dívidas às Águas do Zêzere e Côa, portanto faltam trinta e seis mil duzentos e dez euros para um milhão de dívida que a Câmara tem para com as Águas do Zêzere e Côa. E depois apenas alguns aspetos de clareza deste orçamento oitocentos e setenta mil euros numa rubrica "Outros". No



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

capítulo dois de facto sabe-se e todos o percebem que esta rubrica “outros” não deixa grandes dúvidas e também não se pode esquecer aquela parte, que nos anos de eleições, ano de alcatrão. De facto também este orçamento aponta esse caminho, somando as verbas previstas para viadutos, arranjos de outra natureza em viação e viação rural tem-se qualquer coisa na ordem dos vinte mil euros neste orçamento para tapar buracos em ano de eleições obviamente esperando da Câmara em contra partida que no dia do X seja tapado o quadrado certo por parte dos munícipes que aqui votam. Perante isto este Plano e Orçamento não poderá merecer nem sequer abstenção porque de facto ele não tem o mínimo de credibilidade, nem de rigor. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara em resposta ao Senhor Deputado Nuno Soares, disse que lamenta o chorrilho de asneiras que transmitiu e afirmou que em relação à política do alcatrão lhe parece que o Senhor Deputado Nuno Soares já não se lembra da verdadeira política do alcatrão do ultimo mandato, da estrada do Vale de Sameiro que se era necessária ainda bem que esta lá, e de quantas estradas ficaram aí por pagar por conta da política do alcatrão. Houve inclusivamente trabalhos que nem sequer estavam contratualizados que passaram para este mandato sem contratualização e foi feito exatamente em tempo de eleições. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia não havendo mais inscrições para intervenção, pôs à votação o Plano e Orçamento para 2013, que foi aprovado por maioria com onze votos a favor, quatro contra e uma abstenção.-----

----- O Senhor Deputado Pedro Soares apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei contra principalmente que este orçamento mais uma vez e este dito plano plurianual de investimentos, que não é plano plurianual coisa nenhuma é apenas um plano anual de investimentos se apenas as freguesia da Vila de Manteigas mandando para segundo plano as freguesias rurais parece que elas deixaram de fazer parte completamente do Concelho de Manteigas; em segundo lugar votei contra porque este orçamento tecnicamente mal elaborado não diz em sitio nenhum qual a forma realização de investimentos vai tudo para “outros” e a fonte de financiamento não esta definida em qualquer parcela a fonte de financiamento das atividades que vão ser realizadas se é a Administração Central que financia se é Administração Autarquia ou se é os fundos comunitários não está plasmado no documento qual é a fonte de financiamento de onde é que vem o dinheiro, muito obrigado”. -----

-----O Senhor Deputado Nuno Soares apresentou a seguinte declaração de voto: “a minha declaração de voto é muito breve e rápida: o documento é tecnicamente errado e politicamente inaceitável, muito obrigado”. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- **PONTO TRÊS, TRÊS UM DA ORDEM DE TRABALHOS**-----

CONHECIMENTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS A DESPESAS DE CARÁTER CORRENTE E CONTÍNUO, ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA A QUE SE REFERE

A AL. C), DO Nº 1 DO ARTº 6º, DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Foi presente para conhecimento a listagem dos compromissos plurianuais relativos a despesas de carácter corrente e contínuo, assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida a que se refere a al. c), do nº 1 do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

----- PONTO TRÊS, QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS-----

APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA, QUE AO ABRIGO DO Nº3 DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, FOI INDICADA PELO SENHOR DEPUTADO NUNO SOARES E QUE AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO Nº2, DO ARTIGO 53º DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO, PROPÕE QUE O FERIADO MUNICIPAL PASSE A SER A SEGUNDA-FEIRA DE PÁSCOA.

----- O Senhor Deputado Novo de Matos em relação a esta proposta e considerando que também conhece a tradição da segunda-feira de Páscoa em Manteigas, pelos tempos em que viveu quando exerceu no Concelho a sua profissão, disse que concordava com esta alteração, apesar de ser um fanático pelas datas históricas, mas a segunda-feira de Páscoa seria uma continuidade da cultura desta terra. -----

----- O Senhor Deputado Umberto Leitão usando da palavra quis lembrar ao Executivo que sair nas próximas eleições que o foral municipal faz 500 anos em 2014. Meio milénio de foral justifica bem que se mantenha o feriado na data em está e que seria oportuno comemorar-se a efeméride tendo em atenção que se devem homenagear os tetravós que nos legaram aquilo que hoje somos e temos. Disse que francamente estava um bocadinho espantado com a proposta. Não colocando em causa a legitimidade do colega em apresentar esta proposta, acha que ela estava parecida com aquela que apresentou há pouco tempo quando da fusão das Freguesias de São Pedro e Santa Maria. Deixou a sua opinião sobre este tema, da mudança do feriado para segunda-feira de Páscoa, dizendo que mudar um feriado por uma data móvel não faz sentido. O povo que não se esqueça o seu passado, sem o qual a sua história não terá futuro. O Senhor Deputado suscita na sua proposta quando refere “tanto mais que uma parte significativa do Concelho não tem qualquer ligação a esse foral” a questão de saber qual é a parte significativa a que se refere Deve ser a uma minoria porque em termos de população, são as duas freguesias da Vila, a grande maioria. A nível territorial há uma freguesia aqui na vila que sozinha tem maior área que as outras três todas juntas, pelo que não entende. Já basta os quatro feriados que foram tirados, ainda quer que se tire o Municipal? Em termos económicos não é assim tão relevante, porque os feriados municipais também calham aos sábados, portanto não vê vantagem que seja significativa. Depois temos o feriado municipal que no anterior executivo era conhecido pelo feriado das vaidades. E sabem porquê? Nesse dia realizava-se sessão no Centro Cívico em que era atribuído e era anunciado publicamente a quem era contemplado pelos PERID´s e etc, e lá iam as pessoas contempladas ver a sua vida exposta ao anunciar publicamente quem era contemplada. Será que o vitral que está ali colocado ao cimo das escadas do átrio dos Paços do Concelho não lhe diz nada,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não lhe toca, não mexe consigo? Será que o Senhor Deputado também gostava que lhe mudassem o seu aniversário? Por toda estas razões anunciou que irá votar contra a proposta. -----

-----O Senhor 2º Secretário da Mesa, Daniel Costa manifestou-se discordando da forma como a proposta foi apresentada. Questionou em primeiro lugar qual a parte da população a quem o atual feriado pouco lhe diz? Há ainda a parte histórica que também já foi focada pelo Senhor Deputado Umberto e que as pessoas de Manteigas já se habituaram a comemorar. Considerou que esta proposta não tem qualquer sentido, mas deixou a sua crítica principalmente, como referiu no início, pela forma como foi feita. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Marcelo usando da palavra disse que a proposta de alteração, ao feriado municipal para a segunda-feira de Páscoa é uma proposta infeliz. Se a alteração do Deputado Nuno Soares, fosse para o dia de São João Batista padroeiro do Sameiro da sua freguesia, ainda poderia compreender. É verdade que é dia de festa convívio, em todas as freguesias, como diz na sua proposta, mas perguntou porque não o dia de São Martinho, São Simão ou outras festas, que também são dias de festa? O dia 4 de março é dia marcante para todos os manteiguenses, dia do Foral e da sua identidade, por isso repetiu que a proposta de alteração era infeliz.-----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos usando mais uma vez da palavra disse que apesar de o 1º foral dado por D. Sancho I não ter data e só o de D. Manuel ser datado de 4 de março de 1514 e a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Soares não pôr em causa a história da tradição desta terra, sendo que compreende que a intenção é de tornar mais dinâmico o feriado. Encontra-se dividido, por um lado reconhece como boa a proposta do Senhor Deputado, por outro lado considera relevante o lado histórico do foral do Concelho e por isso vai se abster neste ponto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que também gostaria de se manifestar sobre este ponto. Referiu que de facto a pior parte da proposta de alteração do feriado municipal é de facto a referência que já foi sublinhada pelo Senhor Deputado Umberto Leitão que “uma parte significativa do Concelho não tem qualquer ligação a esse foral”. Efetivamente o 4 de março é uma data muito significativa por grande parte da população do Concelho. Comemorar o 04 de março data da atribuição do foral de D. Manuel significa rejubilar com a restauração ou pelo menos com a confirmação do Concelho. Deixar de comemorar esta data é semelhante a dizer que nos é indiferente comemorar o 01 de dezembro de 1640. Deixou de ser feriado porque o atual Governo assim o impôs com a justificação de que as suas comemorações não tinham grande adesão por parte da população, mas de facto não é um País que se prese aquele que pode deixar de comemorar a restauração da sua independência . A segunda-feira de Páscoa tem de facto uma tradição em qualquer parte todo o território concelhio. Mas daqui amanhã com a diminuição da população poderá vir acontecer que o domingo de Páscoa seja perfeitamente um domingo para a visita pascal, pelo que a tradição da segunda-feira de Páscoa acabará, até porque de facto o signi-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ficativo é o domingo de Páscoa que tem realmente significado, porque se fará a sua visita Pascal nesse dia. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares autor da proposta disse que não podia deixar terminar este ponto sem fazer a sua intervenção. No dia em que apresentou a proposta, em 28 de setembro, por coincidência faz hoje três meses, fez questão antes de iniciar a leitura dizer que a proposta era apenas sua, que não vinculava nem expressava a opinião da bancada do Partido Social Democrata. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Novo de Matos queria-lhe agradecer a posição manifestada. Os factos históricos não o convencem porque não é matéria que domine nem tão pouco é do seu interesse pois a história pouco lhe diz. Algumas das críticas que foram apresentadas começam por referir que o feriado municipal deve ser uma data importante para o Concelho, na afirmação de unidade territorial e cultural, mas nada é dito sobre o que a maioria das pessoas concorda ou deixa de concordar. O que é dito e está escrito, é que é opinião de uma parte significativa da população que a data atual muito pouco lhe diz. As pessoas pouco ligam a esta data pelo que o leva a propor a alteração para uma data que independentemente da ligação à Igreja Cristã tenha ou não a Páscoa, a verdade é que no Concelho de Manteigas a segunda-feira de Páscoa só trabalha quem tem que trabalhar. Quando se diz que uma parte significativa do Concelho não tem ligação a este foral advêm exatamente da situação das pessoas não se identificar com o feriado, é feriado porque é feriado, ninguém nesta terra vive com o pensamento nesse dia. Não tem qualquer dúvida em aceitar que o dia de São Pedro ou o de São João sejam vividos com muita mais intensidade que o 04 de março. Não há nenhum movimento popular para comemorar o 04 de março, mas há vários movimentos populares para comemorar o São Pedro, o São João, o São Sebastião e outros. A questão coloca-se em termos de unicidade e é isso que a proposta pretende, unicidade do Concelho e não tem dúvida nenhuma que no Concelho o dia que é o mais festejado por todas as freguesias e por todos os habitantes é a segunda-feira de Páscoa. Portanto a intenção é simplesmente unir mais o Concelho e permitir que as pessoas possam associar o feriado municipal a uma data que anualmente é importante na vida delas. -----

----- A Senhor Deputada Fernanda Pereira usando da palavra disse que se de facto a tradição se mantivesse como era na altura em que o Senhor Deputado Novo de Matos cá estava se calhar teria algum sentido. Porque de facto nessa altura lembrou que na Sotave a dada altura tentaram pôr o feriado na sexta-feira Santa e queriam que se fosse trabalhar na segunda-feira de Páscoa, mas muita gente não foi trabalhar. Esta tradição já não tem o mesmo significado da segunda-feira de Páscoa que tinha há 20 ou 30 anos atrás. A verdade é que essa tradição já se foi, as pessoas já não têm o mesmo poder monetário para colocarem a sua mesa, o seu arranjo como tinham naquela altura. Há muitas portas fechadas e há muita pouco alegria. Está-se a caminhar cada vez mais para um descalabro. Não se sabe se até a pequena reforma, qualquer dia é retirada pelo Governo, porque cada vez que vêm Leis são todas contra as pessoas. Em segundo lugar acha que ninguém se pode esquecer das raízes de uma história. É uma retrospectiva da his-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tória. Cada um nasceu do seu pai e da sua mãe e ninguém vai negar o seu pai nem a sua mãe nunca. Assim como Manteigas nasceu daquele foral, com certeza que teremos que lhe dar esse valor. Disse ainda que não sabia ser política, mas que achava que o Senhor Deputado Nuno Soares estava cada vez mais a ser político, pois fazendo parte desta Assembleia há alguns anos e conhecendo-o, verifica que hoje se prepara muito mais do que no passado. Seria mais bonito ser coerente e atribuindo-lhe toda a legitimidade de contradizer o executivo, toda a legitimidade de colocar as suas opiniões, tem o dever de lhe exigir coerência. Mas tem havido falta dela porque ser coerente é dizer ontem, hoje e amanhã aquilo que se pensa e verifica que aquilo que às vezes o Senhor Deputado Nuno Soares diz hoje não o disse ontem. Mas haveria mais sinceridade se esta proposta fosse apresentada no passado ao anterior executivo. -----

----- O Senhor 1º Secretário da Mesa, Albino Cardoso ainda sobre este ponto disse que achava que a proposta era ridícula. O autor da proposta tinha muito mais capacidade para fazer um texto com a legitimidade que lhe assiste e a cada um de nós e de pedir alteração de uma data comemorativa e defendê-la com razões que lhe assistem. Agora não entende porque havendo outros dias que são comemorados nesta terra com mais fervor religioso do que é a segunda-feira de Páscoa se propõe tal dia. Há cerca de 40 a 50 anos havia uma participação maciça da população na segunda-feira de Páscoa. Era religiosa e intencionalmente marcada a visita Pascal para o núcleo central da Vila onde a população era provavelmente o dobro da atual e as empresas que estavam ligadas a Manteigas colaboravam. Além disso acontece que nos dias de hoje os próprios padres só fazem uma paróquia e entregam aos seminaristas a outra parte, porque muitas casas estão fechadas. Com todo o respeito que o Senhor Deputado lhe merece pediu-lhe que retirasse a proposta. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia considerando que o ponto foi suficientemente debatido, passou de imediato à votação, tendo a proposta sido rejeitada por maioria, com dez votos contra, cinco abstenções e dois votos a favor. -----
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

----- PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por iniciado este ponto na ordem de trabalhos aceitando inscrições para intervenções. -----

----- O Senhor Deputado Novo de Matos usando da palavra disse que a informação tem vindo a melhorar e faz votos que continue sempre assim.-----

----- O Senhor Deputado Pedro Soares, questionou o Senhor Presidente que na listagem da dívida por entidade credora que acompanha a informação, verificou que as freguesias de Santa Maria, Sameiro e São Pedro irão receber cerca de 3.850,00 € dos trabalhos executados pelas equipas de sapadores no início do ano. Perguntou quando é que era feito esse pagamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esses trabalhos eram para ser executado pela Câmara Municipal nas suas matas municipais, mas em vez de se contratar um empresa especializada como já antes tinha acontecido, foi entendido que se mandasse executar esses trabalhos aos sapadores, ficando assim o dinheiro na área do Município. O pagamento será efetuado muito em breve. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usando da palavra disse que gostaria de assinalar a diminuição da dívida a curto prazo que praticamente desde abril até agora teve uma diminuição significativa de cerca de um milhão de euros. -----

----- PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

----- APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este ponto perguntou quem pretendia usar da palavra aceitando inscrições. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra disse que apenas queria fazer um registo positivo da atuação do Executivo. Mais uma vez as Escolas de Manteigas, receberam a bandeira verde do programa Eco-Escolas o que é muito bom e espera que o Executivo continue empenhado em manter este prémio. Também no âmbito da sua participação enquanto membro da Assembleia da Comurbeiras informou que houve uma sessão na Covilhã há cerca de um mês onde alguns dos pontos que foram apresentados sofriam de um lapso legal e que terão que ser reanalisados em breve. Já na última sessão tinha feito o apelo e voltou a fazê-lo, uma vez que irá ser discutido em breve e aprovado um novo regime jurídico das autarquias locais que irá abranger as comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas. Portanto, apelou a todos os Deputados desta Assembleia para que façam chegar os seus contributos. O Senhor Presidente Carlos Pinto da Comurbeiras, da comissão executiva, teve a oportunidade também de referir que há vários aspetos ligados com a constituição das CIM's que estão em debate nomeadamente o facto da alteração territorial e das NUT's irem adquirir uma nova configuração. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em complemento à informação sobre a Comurbeiras disse que se algum dos Senhores Deputados estivesse interessado em consultar a proposta de alteração da legislação autárquica, poderá ir ao site do Parlamento e pode participar na discussão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, disse que quase prescindia da intervenção mas deixou a informação que os documentos já foram reanalisados numa reunião posterior pelo Conselho executivo da Comurbeiras. Os documentos objeto de lapso já foram reanalisados tendo sido ultrapassada a questão levantada na Assembleia Intermunicipal que teve a ver com o facto de o Chefe de Gabinete não poder representar o Presidente da Câmara. Anunciou que provavelmente a Comurbeiras CIM virá a ter outra denominação, porque o que se está a discutir neste momento é a integração de Penamacor e a integração da NUT Serra da Estrela e esteve em discussão e já foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aprovada a proposta da nova denominação, ficando denominada Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada sendo cerca das zero horas. Desta sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

-----O Presidente da Mesa -----

----- *António Manuel de Lemos Santos* -----

-----O 1º Secretário----- O 2º Secretário -----

----- *Albino Saraiva Cardoso* ----- *Daniel António Quaresma Costa* -----